



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

EDITAL

(Processo nº 027.609/12-0)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 027.609/12-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, destinada à **prestação de serviços de limpeza em áreas de pronto atendimento médico para a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 25/04/2013.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços em áreas de pronto atendimento médico, visando a obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no **CATMAT e CATSER** e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 - tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 - tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 - estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 - estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 - encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste pregão, mediante prévio agendamento junto ao órgão técnico, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, contado da data marcada para a sessão pública, para verificar as instalações e local aonde serão prestados os serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada junto à Secretaria de Assistência Médica e Social, nos horários de 08:00 às 12:00h, pelo telefone (61) 3303-5002.

3.1.2 – Caso a licitante opte por não realizar vistoria, deverá emitir declaração formal de dispensa de vistoria, assinada por seu responsável legal, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto da presente licitação, assumindo total responsabilidade por essa opção.

3.1.3 – A apresentação do Atestado de Vistoria, fornecido pela Secretaria de Assistência Médica e Social, ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os preços total mensal e total global anual da proposta (para os itens referentes à mão de obra – itens 1, 2, 3 e 4) e o preço global anual (para o item referente aos materiais de higienização – item 5), observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data-base da categoria (dia/mês/ano), materiais, insumos, tributos e encargos sociais.

4.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de



SENADO FEDERAL

correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra 'a' for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

4.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

4.4 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5 - Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou às que desatendam às exigências deste edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.7 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.8.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

4.8.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.9 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 – Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.



SENADO FEDERAL

7.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

7.7 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

8.1 – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global anual.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br, cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

11.1.1 – A proposta de preços deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

11.1.1.1 – Especificação da categoria, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global anual da proposta, expresso em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data base da categoria (dia/mês/ano);

11.1.1.2 – Planilha de composição de custos e formação de preços, nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, devendo ser cotados, no mínimo, todos os itens constantes do Anexo 05;

11.1.1.2.1 – Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos), por dia útil de trabalho, fixado por decisão na 14ª Reunião de 2011 da Comissão Diretora, de 20/12/2011;



SENADO FEDERAL

11.1.1.2.2 – Deve ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 05, especialmente os variáveis, cujo cálculo depende de dados estatísticos e que não são decorrentes de obrigação legal. Este memorial será avaliado pelo Pregoeiro e equipe de apoio e serão efetuadas diligências, caso se entenda necessário.

11.1.1.3 – Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo **de até 15 (quinze) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

11.1.1.4 – A licitante deverá apresentar uma tabela preenchida item a item, conforme relação constante no Anexo 10 (Relação de materiais de consumo), sendo o valor máximo aceitável o previsto no Anexo 01 (Termo de Referência – orçamento estimado - item 6);

11.1.1.5 - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 08, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

11.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.4 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

11.4.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

11.4.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.4.3 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Registro no Conselho Regional de Administração – CRA, para o exercício vigente na data da abertura da sessão pública de licitação;

b) Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrados no Conselho Regional de Administração – CRA da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica e quantidade com o objeto deste edital.

c) Comprovação de que os profissionais apontados no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica fazem parte do quadro permanente da empresa ou que possuam vínculo contratual com esta.

c.1) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa ou que possua vínculo contratual com esta poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou de contrato de prestação de serviço.

d) Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem quantitativos razoáveis, assim considerados de 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida;

e) O(s) atestado(s) deverá(ao) conter:

- e.1)** Prazo contratual, datas de início e término;
- e.2)** Local da prestação dos serviços;
- e.3)** Natureza da prestação dos serviços;
- e.4)** Quantidades executadas;



SENADO FEDERAL

- e.5)** Caracterização do bom desempenho da licitante;
- e.6)** Outros dados característicos; e
- e.7)** Identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e cargo do signatário.

f) Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme previsto nos subitens 3.1.2 e 3.1.3 deste edital.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios:

a.1) LG - Liquidez Geral, LC - Liquidez Corrente e SG - Solvência Geral superiores a 1 (um), sendo os índices obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$
$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

a.2) ET - Endividamento Total, que deverá ser inferior ou igual a 0,6 (seis décimos), obtido a partir da fórmula:

$$ET = \frac{PE}{AT}, \text{ onde}$$

PE = Passivo Exigível
AT = Ativo Total



SENADO FEDERAL

a.3) Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor global anual da proposta para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

b) Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global anual da proposta inicial, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a” deste subitem, admitindo-se a sua atualização até o mês que anteceder a abertura desta licitação, por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) declaração, conforme modelo constante do Anexo 07, que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do subitem b;

c.1) com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na subcondição anterior, o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar, deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.

c.2) caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata o subitem c, de 10% (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – Art. 31 da Lei nº 8.666/93.

d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; e

e) A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na alínea “a” (balanço patrimonial) e “c.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.



SENADO FEDERAL

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade



SENADO FEDERAL

fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as



SENADO FEDERAL

razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global anual** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.



SENADO FEDERAL

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 – Se a licitante ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

a) o valor total do ajuste, se contratada; e

b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



SENADO FEDERAL

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 01 – Termo de Referência;

Anexo 02 – Áreas contempladas, Quantidade, Especificação dos Serviços a serem Desenvolvidos e Indicação de Pessoal Técnico Adequado e Atribuições das categorias;

Anexo 03 – Modelo de Uniformes;

Anexo 04 – Planilha de Composição de Custos;

Anexo 05 – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI;

Anexo 06 – Minuta de Contrato;

Anexo 07 – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;

Anexo 08 – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo 09 - Modelo de Autorização;

Anexo 10 – Relação de Materiais de Consumo; e

Anexo 11 – Relação de Equipamentos de uso contínuo.



SENADO FEDERAL

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 10 de abril de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa para prestação de serviços em áreas de pronto atendimento médico, visando a obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, durante 12 (doze) meses consecutivos.
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	Conforme Anexo 02 deste edital.
CATSER	24074
JUSTIFICATIVA	Prover as áreas de pronto atendimento médico da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal de empresa prestadora de serviços de limpeza com capacidade técnica necessária para atender às demandas impostas pela legislação vigente.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global Anual.
ORÇAMENTO ESTIMADO	Item 1 (encarregado 08h00 às 12h00 – 14h00 às 18h00) – R\$ 60.573,84 Item 2 (servente 07h00 às 11h00 – 12h00 às 16h00)– R\$ 79.109,52 Item 3 (servente 11h00 às 15h00 – 16h00 às 20h00)– R\$ 39.554,76 Item 4 (servente 15h00 às 19h00 – 20h00 às 24h00) – R\$ 40.766,40 Item 5 (materiais de limpeza) – R\$ 30.000,62 Valor global anual: R\$ 250.005,14 (duzentos e cinquenta mil, cinco reais e quatorze centavos)
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo 06).
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo 06).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da despesa: 339037 Programa de trabalho: 059173
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Dependências da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato (Anexo 06).
---------------------	--------------------------------------------------------------------

Brasília, 10 de abril de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 02

ÁREAS CONTEMPLADAS, QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS E INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO E ATRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS

A higienização das áreas críticas e semicríticas da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, conforme quadro abaixo:

Classificação	Local	Área (m ²) ²	Peso (%)
Semicrítica	Almoxarifado	163,00	31,23
Crítica	Posto atendimento médico	359,00	68,77
	Depósito de resíduos		
Total		522,00	100

Áreas críticas:

AMBIENTE/ SUPERFÍCIE		FREQUÊNCIA	
		LIMPEZA CONCORRENTE	LIMPEZA TERMINAL
ARMÁRIOS	Face externa	1 vez ao dia e sempre que necessário	
	Face externa e interna	---	Semanal e sempre que necessário
BALCÃO E BANCADAS		3 vezes ao dia e sempre que necessário	Semanal e sempre que necessário
MOBILIÁRIOS COM PACIENTES		---	Na saída do paciente
PISOS		3 vezes ao dia e sempre que necessário	Semanal e sempre que necessário
LUMINÁRIAS E SIMILARES		---	Semanal e sempre que necessário
JANELAS	Face externa	---	Semanal e sempre que necessário
	Face externa e interna	---	Semanal



SENADO FEDERAL

AMBIENTE/ SUPERFÍCIE		FREQUÊNCIA	
		LIMPEZA CONCORRENTE	LIMPEZA TERMINAL
PAREDES/DIVISÓRIAS, TETO E PORTAS / VISORES		---	Semanal Na saída do paciente Sempre que necessário
LAVATÓRIO		3 vezes ao dia e sempre que necessário	Semanal
SABONETEIRAS E DISPENSADORES DO LAVATÓRIO	Face externa	3 vezes ao dia e sempre que necessário	---
	Face externa e interna	---	Sempre ao término do sabão
TOALHEIRO DO LAVATÓRIO	Face externa	3 vezes ao dia e sempre que necessário	---
	Face externa e interna	---	Sempre ao término do papel
BANHEIROS (PISOS, ÁREA DE BANHO, VASOS, PIAS, TORNEIRAS E ACESSÓRIOS)		2 vezes ao dia Sempre que necessário	---
BANHEIRO COMPLETO		---	Semanal
SABONETEIRAS E DISPENSADORES DO BANHEIRO	Face externa	2 vezes ao dia e sempre que necessário	---
	Face externa e interna	---	Sempre ao término do sabão
TOALHEIRO DO BANHEIRO		2 vezes ao dia Sempre que necessário	Sempre ao término do papel

Áreas semicríticas:

AMBIENTE/ SUPERFÍCIE		FREQUÊNCIA	
		LIMPEZA CONCORRENTE	LIMPEZA TERMINAL
ARMÁRIOS	Face externa	1 vez ao dia e sempre que necessário	
	Face externa e interna	---	Semanal e sempre que necessário
BALCÃO E BANCADAS		2 vezes ao dia e sempre que necessário	Semanal e sempre que necessário
MOBILIÁRIOS SEM PACIENTES		---	Na saída do paciente
LUMINÁRIAS E SIMILARES		---	Semanal e sempre que necessário
JANELAS	Face externa	---	Semanal e sempre que necessário
	Face externa e interna	---	Semanal
PAREDES/DIVISÓRIAS, TETO E PORTAS / VISORES		---	Semanal Na saída do paciente Sempre que necessário
LAVATÓRIO		3 vezes ao dia e sempre que necessário	Semanal
SABONETEIRAS E DISPENSADORES DO	Face externa	3 vezes ao dia e sempre que necessário	---



SENADO FEDERAL

AMBIENTE/ SUPERFÍCIE		FREQUÊNCIA	
		LIMPEZA CONCORRENTE	LIMPEZA TERMINAL
LAVATÓRIO	Face externa e interna	---	Sempre ao término do sabão
TOALHEIRO DO LAVATÓRIO	Face externa	3 vezes ao dia e sempre que necessário	---
	Face externa e interna	---	Sempre ao término do papel
BANHEIROS (PISOS, ÁREA DE BANHO, VASOS, PIAS, TORNEIRAS E ACESSÓRIOS)		2 vezes ao dia Sempre que necessário	---
BANHEIRO COMPLETO		---	Semanal
SABONETEIRAS E DISPENSADORES DO BANHEIRO	Face externa	2 vezes ao dia e sempre que necessário	---
	Face externa e interna	---	Sempre ao término do sabão
TOALHEIRO DO BANHEIRO		2 vezes ao dia Sempre que necessário	Sempre ao término do papel

Frequência: a periodicidade e frequência de limpeza concorrente nos ambientes específicos serão determinadas pela equipe de gestão, compreendendo minimamente:

- a) Áreas críticas – limpeza diária
- b) Áreas semicríticas – limpeza diária
- c) Depósito de resíduos – limpeza diária
- d) Almoxarifado de Material Médico-hospitalar – limpeza diária

Especificação dos Serviços

Características do objeto: prestação de serviços de limpeza e desinfecção em área de pronto atendimento médico

Escopo: a limpeza de área de pronto atendimento médico consiste na limpeza e conservação dos ambientes e desinfecção de superfícies fixas, de forma a promover a remoção de sujidades visíveis; a remoção, redução ou destruição de microorganismos patogênicos; o controle de disseminação de contaminação biológica, química, etc., mediante aplicação de energias química, mecânica ou térmica, num determinado período de tempo, nas superfícies das diversas áreas de pronto atendimento médico.

Os serviços serão executados em superfícies tais como: pisos, paredes / divisórias, tetos, portas / visores, janelas, equipamentos, instalações sanitárias, grades de ar



SENADO FEDERAL

condicionado e / ou exaustor, mobiliários, inclusive camas e demais instalações.

Princípios básicos de limpeza: os procedimentos de limpeza a serem adotados deverão observar a prática da boa técnica e normas estabelecidas pela legislação vigente no que concerne ao controle de infecção hospitalar na unidade de pronto atendimento médico, destacando-se:

- a) habilitar os profissionais de limpeza para o uso de equipamentos específicos destinados à limpeza das áreas crítica, semicrítica;
- b) identificar e / ou sinalizar corredores e áreas de grande circulação durante o processo de limpeza, dividindo a área em local de livre trânsito e local impedido;
- c) não utilizar anéis, pulseiras e demais adornos durante o desempenho das atividades de trabalho;
- d) lavar as mãos antes e após cada procedimento, inclusive quando realizados com a utilização de luvas;
- e) realizar a desinfecção de matéria orgânica extravasada em qualquer área do ambiente do serviço de saúde antes dos procedimentos de limpeza;
- f) cumprir o princípio de assepsia, iniciando a limpeza do local menos sujo / contaminado para o mais sujo / contaminado, de cima para baixo em movimento único, do fundo para a frente e de dentro para fora;
- g) realizar a coleta dos resíduos pelo menos três vezes ao dia, ou quando o conteúdo ocupar 2/3 do volume total do recipiente contenedor. O resíduo deverá ser transportado em carro próprio, fechado, com tampa, lavável, com cantos arredondados e sem emendas na sua estrutura;
- h) usar luvas, panos e baldes de cores padronizadas para cada procedimento;
- i) usar técnica de dois baldes, sendo um com água e solução detergente / desinfetante, e outro com água para o enxágue;



SENADO FEDERAL

- j) lavar os utensílios utilizados na prestação de serviços (mopps, esfregões, panos de limpeza, escovas, baldes, etc.) nas salas de utilidades indicadas pelo gestor do contrato, diariamente, ou sempre que utilizados em locais contaminados;
- k) utilizar na prestação dos serviços somente produtos que possuam garantia de qualidade, conforme norma ABNT NBR ISO 9001, ou similar, bem como atender aos requisitos básicos estabelecidos pela legislação vigente e submetidos a prévia apreciação e aprovação do gestor, e,
- l) disponibilizar germicidas que possuam Certificado de Registro no Ministério da Saúde ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, contendo as características básicas do produto aprovado e Laudos específicos.

Tipos de limpeza preconizados:

- a) limpeza concorrente ou diária: é o processo de limpeza realizado diariamente com a finalidade de remover a sujeira e repor o material de higiene.
- b) limpeza terminal: é o processo, realizado sempre que necessário, de limpeza e / ou desinfecção de toda a área do serviço de pronto atendimento médico, incluindo todas as superfícies, mobiliários e equipamentos, com a finalidade de remover a sujeira e diminuir a contaminação ambiental, abastecendo as unidades com material de higiene.

Métodos e equipamentos de limpeza de superfícies:

- a) limpeza úmida.
- b) limpeza com jatos de vapor de água¹.
- c) limpeza molhada.

¹ Sua utilização será precedida de avaliação, pelo gestor das suas vantagens e desvantagens.



SENADO FEDERAL

- d) limpeza seca.

Técnicas de desinfecção:

- a) com luvas apropriadas, retirar o excesso de carga contaminante com papel absorvente;
- b) expurgar o papel em sacos plástico de lixo;
- c) proceder à limpeza da superfície com água e sabão.
- d) opcionalmente, a critério do gestor, poderá ser aplicado, sobre a área afetada, desinfetante adequado, retirando-o com pano molhado, após o tempo recomendado.

Produtos utilizados

- a) germicidas.
- b) desinfetantes
- c) detergentes de baixo nível (sanificantes).
- d) detergentes.
- e) hipoclorito de sódio a 1%.
- f) cloro orgânico (concentração de 3%).
- g) alcoóis (concentração de 70% em peso/volume).

Considerações a respeito de produtos de limpeza de superfícies fixas: a utilização de produtos, utensílios e equipamentos para a limpeza e desinfecção deve atender às determinações do gestor, às recomendações dos órgãos públicos de saúde / sanitários e às especificidades apresentadas pelos fabricantes.

Na seleção de produtos de limpeza de superfícies deverão ser considerados:

- a) Quanto às superfícies, equipamentos e ambientes:
 - a.1) Natureza da superfície a ser limpa ou desinfetada;
 - a.2) Tipo e grau de sujidade;



SENADO FEDERAL

- a.3) Tipo de contaminação;
- a.4) Qualidade da água;
- a.5) Método de limpeza;
- a.6) Segurança na manipulação e uso de produtos de limpeza.
- b) Quanto ao tipo de germicida:
 - b.1) tipo de agente químico e concentração;
 - b.2) tempo de contato para ação;
 - b.3) influência da luz, temperatura e pH;
 - b.4) interação com íons;
 - b.5) toxicidade;
 - b.6) inativação ou não em presença de matéria orgânica;
 - b.7) estabilidade;
 - b.8) prazo de validade para uso;
 - b.9) condições para uso seguro;
 - b.10) necessidade de retirar resíduos do desinfetante, após utilização.

Equipamento de Proteção Individual:

Equipamentos de proteção a serem utilizados: devem atender ao disposto na Norma Regulamentadora NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI do Ministério do trabalho.

Equipamento de Proteção Individual:

- a) óculos,
- b) luvas grossas de borracha de cano longo,
- c) botas de borracha,
- d) avental,
- e) máscara,
- f) gorro descartável,
- g) capa de chuva,
- h) cintos de segurança para janelas.



SENADO FEDERAL

Equipamento de Proteção Coletiva (EPC)

- a) placas sinalizadoras,
- b) cones,
- c) fitas zebradas.

Indicação de Pessoal Técnico Adequado

Supervisores e encarregados:

- a) deve ser profissional mobilizado no sentido de estar sempre participando de congressos, simpósios, encontros regionais, acompanhando publicações, realizando intercâmbio institucional, contribuindo, dentro de suas competências para a pesquisa institucional além de fomentar a produção científica.
- b) deve ser pessoa esforçada e pró-ativa.
- c) deve ser capacitada profissionalmente sendo capaz de transmitir informações embasadas para sua equipe.
- d) deve ser profissional qualificado e com grande bagagem de experiências no segmento.
- e) deve ser profissional de formação de nível universitário com diferencial técnico, que contribua de forma mais abrangente nas necessárias interfaces do serviço com os demais profissionais da instituição.
- f) atitudes desejáveis: liderança, flexibilidade, pensamento estratégico, bom relacionamento, ética, imparcialidade, bom senso e honestidade.

Equipe operacional:

- a) capacidade de leitura e interpretação de textos afetos ao trabalho desenvolvido (apostilas).



SENADO FEDERAL

- b) capacidade de leitura e interpretação de rótulos de produtos saneantes antes de sua utilização.
- c) perfil comportamental: atitudes e postura dos encarregados e equipe operacional:
 - c.1) higiene corporal.
 - c.2) discrição com relação a assuntos internos, que só dizem respeito ao contratante.
 - c.3.) gentileza, educação e respeito com clientes internos e externos.
 - c.4) colaboração.
 - c.5) interesse em novos aprendizados e por novas oportunidades.
 - c.6) postura profissional frente a pacientes, visitantes e demais colaboradores.

Atribuições das Categorias

Atribuições da equipe de trabalho: durante a execução do contrato, será considerado o seguinte regime de execução dos serviços por categorias, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, a seguir discriminadas:

Supervisores e Encarregados com insalubridade (Diurno e Noturno) (Assistente Administrativo) – CBO/MTE Nº 4110-10: orienta, supervisiona e acompanha diariamente a execução dos serviços de conservação e limpeza, desinfecção hospitalar e higiene ambiental na área de saúde, executados pelos serventes; distribuindo tarefas, zelando pelo cumprimento dos prazos e pela qualidade dos serviços, fiscalizando e exigindo a utilização de material e equipamento de proteção e segurança;

Atenderá demanda da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, onde são



SENADO FEDERAL

desenvolvidas atividades de pronto atendimento médico, consultórios odontológicos e outros e, muitas vezes, o profissional fica exposto, quando do recolhimento de resíduo, que contém produtos descartáveis (seringas e outros) que foram utilizados; e

Equipe operacional: servente com insalubridade – CBO/MTE Nº 5143-20. Realiza serviços de limpeza em geral e outros correlatos e/ou similares pertinentes à função, de conformidade com os períodos, locais e especificações constantes no item 7 deste Termo de Referência;

Atenderá demanda da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, onde são desenvolvidas atividades de pronto atendimento médico, consultórios odontológicos e outros, e muitas vezes, o profissional fica exposto, quando do recolhimento de resíduo, que contém produtos descartáveis (seringas e outros) que foram utilizados;



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 03

MODELO DE UNIFORMES

A CONTRATADA deverá fornecer dois conjuntos de uniformes completos ao iniciar o contrato e 1(um) a cada semestre, conforme especificações descritas a seguir:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
ENCARREGADO (masculino/feminino)	<ul style="list-style-type: none">camisa social de mangas compridas, na cor branca ou na cor usual da empresa;gravata (masculino) ou lenço (feminino);jaleco, com gola, de mangas compridas, com dois bolsos inferiores (um de cada lado) e um bolso no lado superior esquerdo com o emblema da empresa, com abotoamento na frente, na cor usual da empresa;calça comprida na cor usual da empresa;meia social na cor preta;calçado em couro na cor preta ou marrom, tipo social (masculino) ou mocassim (feminino).
SERVENTE (masculino/feminino)	<ul style="list-style-type: none">camiseta malha fria, com gola esporte, com emblema da empresa, na cor usual da empresa;jaleco, com gola, de mangas curtas, sem abotoamento, com um bolso no lado superior esquerdo com o emblema da empresa, na cor usual da empresa;calça comprida na cor usual da empresa;meia na cor preta, ou na cor usual da empresa; ecalçado tipo tênis, em lona na cor preta, com solado de borracha antiderrapante.
Observações: <ul style="list-style-type: none">todos os modelos de uniformes deverão ser aprovados pelo gestor do contrato;todos os uniformes deverão seguir o padrão das normas do Ministério do Trabalho;todos os uniformes deverão ser de primeira qualidade.	

1) - a substituição dos uniformes ocorrerá a cada seis meses ou quando solicitado, dependendo da necessidade e do desgaste prematuro claramente evidenciado;

2) – os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao gestor do contrato;

3) – os profissionais que realizarem tarefa de lavagem de pisos, além do uniforme específico da categoria, deverão receber, individualmente, um par de botas de borracha, cano médio;



SENADO FEDERAL

4) – os profissionais que realizarem tarefas nas dependências do serviço médico, limpeza de dependências sanitárias, lavagem de contêineres de resíduos (seco/orgânico e/ou hospitalar) e/ou outras tarefas que exijam cuidados específicos deverão receber, também, impreterivelmente, luvas, máscaras, aventais plásticos e outros equipamentos (EPI) necessários à sua segurança.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 04

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA			
CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
Encarregado SSIS – 40 horas semanais	01		
Servente SSIS – 40 horas semanais	04		
TOTAL MENSAL	05		
TOTAL ANUAL (12 meses)	05		(A)
TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO			
ESPECIFICAÇÃO, conforme Anexo 10			Custo Anual (12 Meses)
Material de Limpeza e Higienização			(B)
O gasto com materiais de limpeza e higienização é meramente estimativo, pois sofrerá variação ao longo do período, sendo que sua efetivação se dará a partir da demanda por sua utilização na prestação dos serviços, ou seja, o pagamento decorrerá do fornecimento de tais produtos.			

TABELA 3 - CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS		
Discriminação	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
MÃO-DE-OBRA		
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO		
TOTAL GLOBAL		(A+B)

- Os valores salariais das categorias relacionadas na tabela acima deverão estar compatíveis com acordo coletivo/convenção coletiva que contemple essas categorias profissionais, devendo ser, no mínimo, o piso salarial da categoria.

Obs: Para cada categoria, deve ser apresentada a planilha de formação de custos por categoria.



SENADO FEDERAL

Composição da equipe de trabalho e distribuição de horários

	Composição	Segunda a sexta-feira
Equipe 1	01 Encarregado	08:00 – 12:00 e 14:00 – 18:00
Equipe 2	02 Serventes	07:00 -11:00 e 12:00 – 16:00
Equipe 3	01 Servente	11:00 – 15:00 e 16:00 – 20:00
Equipe 4	01 servente	15:00 – 19:00 e 20:00 – 24:00

Observação: O horário informado acima é apenas uma estimativa, os quais devem ser utilizados para fins de cotação, podendo sofrer alterações, em caso de necessidade.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 05

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 07/2011 DO MPOG/SLTI

Empresa
CNPJ
CCT ou ACT
Data Proposta

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base			
	Adicional Periculosidade			
	Adicional Insalubridade SM			
	Adicional Noturno			
	Hora noturna adicional			
	Adiconal de HE			
	Intervalo interjornada			-
	Outros			
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO			-
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				



SENADO FEDERAL

	Auxílio Transporte {(x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 26.501/2005 - GDF)		
	Auxílio Alimentação (R\$ 22,12 por dia útil de trabalho)		
	Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
	Contribuição Assistencial - Convenção Coletiva de Trabalho		
	Seguro de vida ou invalidez		
	Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		-
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniforme (EPI)		
	Materiais (de consumo)		
	Equipamentos		
	Outros		
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		-
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	-
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	-
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	-
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	-
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	-
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08)		-
	(1) (Variável de 1% a 3%)		-
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	-
	TOTAL :	33,80%	-
4.2 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		Percentuais	VALORES



SENADO FEDERAL

	13º Salário	8,33%	-
	Adicional de Férias	2,78%	-
	Subtotal	11,11%	-
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias		-
	TOTAL :	11,11%	-
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade		
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		-
	Incidência do 4.1. sobre remuneração e 13º do substituto pelo período de 120 dias de licença-maternidade		
	TOTAL :		-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		
	TOTAL :		-
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
	Outros		-
	Subtotal	8,33%	-
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		-
	TOTAL :		-
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		



SENADO FEDERAL

4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	33,80%	-
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,11%	-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :	44,91%	-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS		
B	TRIBUTOS		
B.1	Tributos Federais COFINS	7,60%	-
	Tributos Federais PIS	1,65%	-
B.2	Tributos Estaduais		
B.3	Tributos Municipais ISS	5,00%	-
B.4	Outros Tributos		
	Subtotal		-
C	LUCRO		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	14,25%	-
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	

Observações:



SENADO FEDERAL

- 1)Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente para cada categoria cotada.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT da categoria contratada, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3 :

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

Módulo 4 :

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00%, de acordo com o risco associado à atividade principal da empresa. O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação do mesmo à atividade preponderante da empresa por profissional da área de contabilidade no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.

O percentual referente a "Aviso Prévio Trabalhado" e suas incidências ("Incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado" e Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado") serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão nº 3006/2010 – Plenário – TCU.

Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.



SENADO FEDERAL

Empresa
CNPJ
CCT ou ACT
Data Proposta

SIMPLES NACIONAL

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base			
	Adicional Periculosidade			
	Adicional Insalubridade SM			
	Adicional Noturno			
	Hora noturna adicional			
	Adiconal de HE			
	Intervalo interjornada			-
	Outros			
TOTAL DA REMUNERAÇÃO				-
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
	Auxilio Transporte {(3+1,50x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 26.501/2005 - GDF)			
	Auxilio Alimentação (R\$ 20,00 por dia trabalhado)			
	Assistência Médica (Convenção Coletiva)			
	Contribuição Assistencial - Convenção Coletiva de Trabalho			
	Seguro de vida ou invalide\			
	Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)			



SENADO FEDERAL

		TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	-
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniforme (EPI)		
	Materiais (de consumo)		
	Equipamentos		
	Outros		
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		-
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		-
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		-
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		-
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		-
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	-
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) (Variável de 1% a 3%)		-
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		-
	TOTAL :	28,00%	-
4.2 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	-



SENADO FEDERAL

	Adicional de Férias	2,78%	-
	Subtotal	11,11%	-
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias		-
	TOTAL :	11,11%	-
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade		
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		-
	Incidência do 4.1. sobre remuneração e 13º do substituto pelo período de 120 dias de licença-maternidade		
	TOTAL :		-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		
	TOTAL :		-
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
	Outros		



SENADO FEDERAL

			-
		Subtotal	8,33%
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		-
		TOTAL :	8,33%
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	28,00%	-
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,11%	-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	8,33%	-
		TOTAL :	47,44%
		TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)	
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS		
B	TRIBUTOS		
B.1	Tributos Federais COFINS		-
	Tributos Federais PIS		-
B.2	Tributos Estaduais		
B.3	Tributos Municipais ISS		-



SENADO FEDERAL

B.4	Outros Tributos		
	Subtotal		-
C	LUCRO		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		-
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	

Observações:

- 1) Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente para cada categoria cotada.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT da categoria contratada, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3 :

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.



SENADO FEDERAL

Módulo 4 :

A alíquota do INSS depende da categoria da empresa (art. 13 e art. 18, § 5º- C da LC nº 123/2006).

Módulo 5 :

O percentual da tributação varia de acordo com a atividade da empresa e do seu faturamento (LC nº 123/2006).



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

(Processo nº 027.609/12-0)

ANEXO 06

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa _____ para **a prestação de serviços de limpeza em área de pronto atendimento médico, visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, durante 12 (doze) meses consecutivos.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, Cl. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 039/2013, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. ____ do Processo n.º 027.609/12-0, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de limpeza em área de pronto atendimento médico, visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene nas dependências da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, durante 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- V - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações estabelecidas no Anexo 03, no número mínimo de 2 (dois) ao iniciar o contrato e 1 (um) a cada semestre, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- VI - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato:
 - a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e



SENADO FEDERAL

b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;

VII - submeter seus empregados às exigências do órgão regulador quanto à realização de exames de saúde periódicos em conformidade com a NR 07 do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como quanto a imunização do profissional da limpeza hospitalar:

a) Na admissão:

a.1) A contratada se obriga a custear os exames de saúde no momento da admissão do empregado.

a.2) A Contratada se compromete a emitir o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, durante o procedimento de admissão dos empregados.

a.3) A Contratada se compromete a apresentar à equipe médica de saúde ocupacional o Prontuário Médico Ocupacional - PMO dos empregados sempre que solicitado.

a.4) A contratada se obriga a facilitar o acesso dos empregados às vacinas do Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e do Idoso: difteria e tétano, sarampo, caxumba e rubéola, além de vacina contra hepatite B, em funcionários não imunes;

a.5) controle de tuberculose: realização de PPD.

b) anualmente

b.1) realização de exames de saúde periódicos

b.2) Prover vacina contra influenza e controle de tuberculose com repetição do PPD, para profissionais negativos;

VIII - providenciar o afastamento das atividades do profissional, com doença infectocontagiosa ou doença debilitante, que aumente a susceptibilidade a agentes biológicos, após avaliação médica provida pela contratada.

IX - comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.



SENADO FEDERAL

X - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a contar do início da jornada definida para o serviço ou da ciência do afastamento;

b) gozo de férias e licenças;

c) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

d) Automaticamente, após 03 (advertências), devidamente registradas no livro de ocorrências;

e) Sempre que seus serviços e/ ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO; e

f) no prazo máximo de 3 (três) horas após a comunicação do encarregado AP gestor, a falta de qualquer funcionário.

XI - efetuar o pagamento aos profissionais alocados nos seguintes prazos:

a) salário até o 5º dia útil do mês subsequente a realização dos serviços;

b) o pagamento de custos de alimentação e transporte até o 5º dia útil do mês em referência;

b.1) auxílio alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, do mês em referência, fixado por decisão da Comissão Diretora, conforme 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011; e

b.2) transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho do mês em referência.

XII – selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.

XIII – observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do DF – SINDISERVIÇOS/DF), efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XIV – manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta inconveniente.



SENADO FEDERAL

XV – manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XVI - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO.

XVII - exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por intermédio de folha de frequência, relógio de ponto ou ponto biométrico fornecido às suas próprias expensas, cuja frequência será registrada e controlada diariamente pela CONTRATADA, em listagem nominal para assinatura em duas etapas, sendo a primeira de entrada e a segunda de saída.

XVIII - manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos imediatamente, sendo que os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

XIX - identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do SENADO.

XX - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos empregados, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

XXI - fornecer aos encarregados equipamentos de comunicação instantânea (rádios comunicadores ou telefones celulares, o que melhor se adaptar à execução do contrato), de forma a agilizar o contato entre o órgão fiscalizador e aqueles encarregados.

XXII - prestar os serviços objeto do contrato fornecendo materiais de primeira qualidade e utilizando os equipamentos necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com os serviços, que poderão ser fiscalizados, a qualquer momento, pelo SENADO.

XXIII - usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas e hidráulicas e redes de computação, água e esgoto, e todas as demais existentes no SENADO.

XXIV - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



SENADO FEDERAL

XXV - não permitir que seus empregados tratem de assuntos de serviço com autoridades ou pessoas não relacionadas à área gestora.

XXVI - manter sinalização adequada e necessária durante execução dos serviços de limpeza, prevenindo a ocorrência de acidentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá apresentar declaração subscrita pelo seu representante legal, informando acerca da disponibilidade de aparelhamento e pessoal técnico, para a realização do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá apresentar declaração subscrita pelo seu representante legal, comprometendo-se a apresentar, na data da assinatura do contrato, a licença / alvará para a realização de atividades com produtos químicos controlados para fins comerciais, em seu nome, emitida pela Vigilância Sanitária, ou por quem lhe faça às vezes, com validade na data da apresentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá fornecer todos os produtos necessários e suficientes para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá utilizar produtos com os princípios ativos permitidos segundo a Resolução RDC n.º 15/MS/SNVS, de 16/08/10 - Fenólicos; quaternários de amônio; compostos orgânicos e inorgânicos liberadores de cloro ativo; iodo e derivados; alcoóis e glicóis; biguanidas.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia dos Certificados de Registros no Ministério da Saúde emitidos em nome dos fornecedores dos produtos, com validade na data da aquisição e com as características básicas dos produtos aprovados, bem como respectivos laudos de testes de laboratório credenciado para esse fim.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com pacientes ou empregados da Contratada, ou com terceiros.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá utilizar produtos somente depois da devida aprovação e autorização do gestor.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá observar conduta adequada na utilização dos produtos e materiais destinados à prestação dos serviços, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes materiais em quantidade necessária e suficiente para a prestação dos serviços:



SENADO FEDERAL

- a) sacos de lixo
 - a.1) para as áreas críticas e semicríticas: saco branco com o símbolo de resíduo infectante.
 - a.2) características dos sacos de lixo: resistentes à punctura, dimensionados conforme o volume do recipiente.
- b) Papel toalha.
- c) Papel higiênico.
- d) recipiente para material perfurocortante dimensionado conforme a demanda do local onde estará instalado, conforme determinações do gestor.
- e) sabonete de primeira qualidade e, nos locais onde houver recipiente próprio, sabonete líquido com PH neutro.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os empregados da CONTRATADA deverão portar identificação e se apresentarem sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer na higiene pessoal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho e de execução durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de



SENADO FEDERAL

empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

II - disponibilizar instalações sanitárias e vestiários;

III - destinar local para a guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

IV - avisar a CONTRATADA quando o(a) funcionário(a) não comparecer para o trabalho, para que seja providenciada a imediata substituição, evitando prejuízo aos serviços.

V - supervisionar o conjunto de atribuições a serem exercidas pelos empregados da empresa contratada para a prestação dos serviços;

VI – permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para a execução dos serviços contratados, garantido, nesse caso, o direito de notificação direta da pessoa encarregada da função contratada, sem que isso caracterize qualquer subordinação entre o empregado da empresa contratada e o Senado Federal;

VII - proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas em contrato;



SENADO FEDERAL

VIII - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

IX - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

X- efetuar o pagamento mensal à empresa CONTRATADA, nas condições que vierem a ser estabelecidas neste contrato;

XI - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações;

XII - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento e indicar, se for o caso, a aplicação de penalidades prevista no contrato;

XIII - exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos serviços contratados, com ônus exclusivo para a CONTRATADA;

XIV - no caso de ser constatado desempenho insuficiente do empregado alocado pela empresa contratada, frente às necessidades do Senado Federal, o servidor titular da unidade administrativa demandante dos serviços, de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 15/2009, comunicará tal ocorrência ao gestor do contrato, via memorando, ficando a gestão do contrato responsável por solicitar ao preposto da empresa CONTRATADA a apresentação de novo empregado;

XV - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

XVI - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados do contrato;

XVII - solicitar aos encarregados da Contratada o reparo e/ou correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

XVIII - examinar as Carteiras Profissionais dos prestadores de serviços, para comprovar o registro de função profissional;



SENADO FEDERAL

XIX - solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades;

XX - executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando-se o equivalente aos não realizados, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

XXI - efetuar a avaliação da qualidade dos serviços, utilizando-se da metodologia constante na Cláusula Sexta deste contrato.

XXII - elaborar e encaminhar à CONTRATADA o Relatório Mensal de Qualidade dos Serviços de Limpeza, para conhecimento da avaliação e do fator de desconto a ser efetuado no valor a ser faturado pelos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste contrato, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação dos serviços será realizada nas Dependências da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde - SSIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA se compromete a conhecer em sua plenitude o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde se responsabilizando pelas ações referentes à: (1) segregação (no que couber); (2) acondicionamento; (3) coleta interna e (4) armazenamento externo, conforme o disposto no Parágrafo Quinto desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para a execução dos serviços de limpeza, deverão ser observadas a localização, classificação, frequência e horários de limpeza, condicionado aos horários estabelecidos para cada etapa pela equipe de gestão de contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Os horários de execução dos serviços para cada área serão definidos pelo CONTRATANTE de forma a atender às suas necessidades, em função das especificidades requeridas por cada ambiente, lembrando sempre que o horário de funcionamento do setor não é determinante para a fixação do horário de execução dos serviços de limpeza, pois a necessidade de limpeza não necessariamente deve ocorrer durante todo o horário de funcionamento do ambiente.

PARÁGRAFO QUINTO – O CONTRATANTE informará os horários de realização dos procedimentos de limpeza em conformidade com a demanda diária, conforme previsto no Anexo 02, possibilitando os constantes ajustes que se fazem necessários.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá desenvolver e executar os serviços, conforme descrito abaixo:

Áreas de pronto atendimento médico críticas e semicríticas

Limpeza Corrente

- a) Equipamentos: carrinho de serviço completo com baldes, panos e sacos de lixo padronizados, mopps e esfregões, produtos de limpeza, EPIs, produtos de reposição e outros necessários.
- b) Método
 - b.1) Limpeza úmida para todas as superfícies, utilizando baldes de cores diferentes para solução detergente e para água limpa.
 - b.2) Limpeza molhada para banheiro.
 - b.3) Desinfecção na presença de matéria orgânica.
- c) Técnica
 - c.1) Iniciar sempre da área mais limpa para a mais suja.
 - c.2) Utilizar movimento único de limpeza.
- d) Etapas
 - d.1) Reunir todo material necessário em carrinho de limpeza;
 - d.2) Colocar o carrinho ao lado da porta de entrada do ambiente, sempre do lado de fora;
 - d.3) Colocar os EPIs necessários para a realização da limpeza;
 - d.4) Efetuar, quando necessária, a desinfecção do local, mediante remoção da matéria orgânica exposta, conforme normas vigentes. Após a devida desinfecção, as luvas deverão ser trocadas para execução das demais etapas;
 - d.5) Recolher os sacos de lixo do local, fechá-los adequadamente e depositá-los no saco hamper do carrinho de limpeza e efetuar a troca de luvas;
 - d.6) Realizar a remoção das migalhas, papéis, cabelos e outros;
 - d.7) Iniciar a limpeza pelo mobiliário com solução detergente para a remoção da sujidade, proceder ao enxágue e, sempre que necessário, realizar fricção com álcool 70%;
 - d.8) Proceder à limpeza da porta / visor e maçaneta com solução detergente e enxaguar;
 - d.9) Proceder à limpeza do piso com solução detergente;
 - d.10) Realizar a limpeza do banheiro, iniciando pela pia, o box, o vaso sanitário e, por fim, o piso;



SENADO FEDERAL

- d.11) Despejar o conteúdo dos baldes no local indicado pelo CONTRATANTE, procedendo à higienização dos mesmos;
- d.12) Proceder à higienização do recipiente de lixo com solução detergente, em local específico;
- d.13) Retirar as luvas e lavar as mãos;
- d.14) Repor os sacos de lixo;
- d.15) Repor os produtos de higiene pessoal (sabão, papel toalha e papel higiênico).

Limpeza Terminal

- a) Equipamentos: carrinho de serviço completo com baldes, panos e sacos de lixo padronizados, mopps e esfregões, produtos de limpeza, EPIs, produtos de reposição e outros necessários.
- b) Método
 - b.1) Limpeza úmida para todas as superfícies, utilizando baldes de cores diferentes para solução detergente e para água limpa.
 - b.2) Limpeza molhada para banheiro.
 - b.3) Desinfecção na presença de matéria orgânica.
- c) Técnica
 - c.1) Iniciar sempre da área mais limpa para a mais suja.
 - c.2) Utilizar movimento único de limpeza.
- d) Etapas
 - d.1) Reunir todo material necessário em carrinho de limpeza;
 - d.2) Colocar o carrinho ao lado da porta de entrada do ambiente, sempre do lado de fora;
 - d.3) Colocar os EPIs necessários para a realização da limpeza;
 - d.4) Efetuar, quando necessária, a desinfecção do local, mediante remoção da matéria orgânica exposta, conforme normas vigentes. Após a devida desinfecção, as luvas deverão ser trocadas para execução das demais etapas;
 - d.5) Recolher os sacos de lixo do local, fechá-los adequadamente e depositá-los no saco hamper do carrinho de limpeza;
 - d.6) Iniciar a limpeza interna e externa do mobiliário da unidade com solução detergente para remoção da sujeira; proceder ao enxágue e após friccionar com álcool 70%;
 - d.7) Executar a limpeza do teto, luminárias, janela, paredes / divisórias, grades de ar condicionado e/ou exaustor, portas/ visores, maçanetas, interruptores e outras superfícies;



SENADO FEDERAL

- d.8) Proceder à lavagem do piso com solução detergente, preferencialmente com máquinas;
- d.9) Realizar a lavagem do banheiro, limpeza do teto, paredes, pia (inclusive torneiras), box, vaso sanitário e, por fim, o piso;
- d.10) Despejar o conteúdo dos baldes no local indicado pelo Contratante, procedendo à higienização dos mesmos;
- d.11) Proceder à higienização do recipiente de lixo com solução detergente, em local específico;
- d.12) Retirar as luvas e lavar as mãos;
- d.13) Repor os sacos de lixo nos respectivos recipientes limpos;
- d.14) Repor os produtos de higiene pessoal (sabão, papel toalha e papel higiênico).

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA se obriga a repetir, sem ônus para o SENADO, os serviços onde se verificarem falhas nos produtos utilizados ou na execução dos serviços, por exigência do gestor.

PARÁGRAFO OITAVO - A realização eventual de serviços extraordinários deverá ser solicitada, autorizada e justificada pelo Gestor deste contrato.

PARÁGRAFO NONO - Todos os serviços serão executados diretamente e sob a orientação e comando da CONTRATADA por intermédio de seu preposto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prover o treinamento e capacitação dos empregados, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve assegurar treinamento aos trabalhadores, devendo ser ministrado:

- a) antes do início da atividade profissional;
- b) anualmente ou sempre que ocorra uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos;
- c) durante a jornada de trabalho;
- d) por profissionais de saúde de nível superior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O treinamento deve ser adaptado à evolução do conhecimento e a identificação de novos riscos biológicos incluindo, no mínimo, todos os dados disponíveis sobre:



SENADO FEDERAL

- a) riscos potenciais para a saúde;
- b) precauções para evitar a exposição aos agentes;
- c) normas de higiene;
- d) utilização dos equipamentos de proteção coletiva, individual e das vestimentas;
- e) medidas a serem adotadas pelos trabalhadores no caso de ocorrência de incidentes e acidentes; e
- f) medidas para a prevenção de acidentes e incidentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deve manter os documentos comprobatórios da realização do treinamento que informem a carga horária, o conteúdo ministrado, o nome e a formação profissional do instrutor e os trabalhadores envolvidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Em todo setor onde exista risco de exposição aos agentes biológicos devem ser fornecidas aos trabalhadores instruções por escrito e em linguagem acessível, sobre as rotinas realizadas no local de trabalho e as medidas de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO - As instruções devem ser entregues ao trabalhador, mediante recibo, o qual deverá estar à disposição da equipe de gestão.

PARÁGRAFO SEXTO - Cabe à CONTRATADA capacitar os trabalhadores para o manuseio, preparo, transporte, administração e descarte de produto químico, antes do início de suas atividades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O treinamento deve conter, no mínimo:

- a) a apresentação das fichas toxicológicas com explicação das informações nelas contidas;
- b) os procedimentos de segurança relativos à manutenção, utilização, transporte, movimentação, estocagem e descarte;
- c) os procedimentos a serem adotados em caso de acidentes e incidentes e em situações de emergência;
- d) as principais vias de exposição ocupacional; e
- e) os efeitos terapêuticos e adversos dos produtos químicos e o possível risco à saúde a longo e curto prazo.

PARÁGRAFO OITAVO - Os programas de treinamento devem ser ministrados por profissionais de saúde de nível superior e familiarizados com os riscos inerentes aos produtos químicos de risco.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI, descartáveis ou não, em número suficiente no próprio local de trabalho, de forma a garantir o imediato fornecimento ou reposição, sempre que necessário (Item 32.4.4 da NR 32).



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO - Sem prejuízo do cumprimento do disposto na legislação vigente, os EPI devem atender as seguintes exigências (Item 32.4.18 da NR 32):

- a) garantir a proteção da pele, mucosas, via respiratória e digestiva do trabalhador;
- b) ser avaliados diariamente quanto ao estado de conservação e segurança; e
- c) estar armazenados em locais de fácil acesso e em quantidade suficiente para imediata substituição, segundo as exigências do procedimento ou em caso de contaminação ou dano.

CLÁUSULA SEXTA – DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Este procedimento está vinculado ao contrato de prestação dos serviços de limpeza das áreas de pronto atendimento médico integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetuado periodicamente pela equipe de gestão do contrato, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios. O objetivo deste procedimento é definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços de limpeza hospitalar.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A avaliação da CONTRATADA na prestação de serviços de limpeza hospitalar se faz por meio de análise dos seguintes módulos:

- a. equipamentos, produtos e técnica de limpeza;
- b. pessoal;
- c. frequência e
- d. inspeção dos serviços nas áreas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na avaliação serão atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços os conceitos “Muito Bom”, “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 3 (três), 2 (dois), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado:

Conceitos da pontuação a ser utilizada em todos os itens:

MUITO BOM	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
03 (três) pontos	02 (dois) pontos	01(um) ponto	0 (zero) ponto



SENADO FEDERAL

a. MUITO BOM - Refere-se à conformidade total dos critérios:

- a.1) Inexistência de poeira;
- a.2) Inexistência de sujeira;
- a.3) Vidros limpos;
- a.4) Superfície sem sangue e / ou fluidos corpóreos;
- a.5) Todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente;
- a.6) Recipientes para o acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3 de sua capacidade;
- a.7) Funcionário fixo e treinado no setor, uniformizado e com EPI;
- a.8) Materiais e produtos padronizados em quantidade suficiente;
- a.9) Carrinho de limpeza limpo, estado de limpeza das cabeleiras de mopp e panos de limpeza, livres de resíduos.

b) BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios:

- b.1) Ocorrência de poeira em local isolado que não seja próximo à execução de procedimentos invasivos;
- b.2) Ocorrência isolada de lixeira fora do padrão;
- b.3) Ocorrência isolada no reabastecimento.

c) REGULAR - Refere-se a desconformidade parcial dos critérios:

- c.1) Ocorrência de poeira em vários locais, que não seja próximo à execução de procedimentos invasivos;
- c.2) Ocorrência de várias lixeiras fora do padrão;
- c.3) Ocorrências por falta de reabastecimento;
- c.4) Quebra de técnica de limpeza;
- c.5) Saídas de ar condicionado sujas e móveis sujos ou com poeira;



SENADO FEDERAL

c.6) Piso sujo e molhado.

d) PÉSSIMO - Refere-se a desconformidade total dos critérios:

d.1) Poeira e sujidades em salas cirúrgicas, locais de procedimentos e mobiliários;

d.2) Presença de sangue e fluidos corpóreos nas superfícies;

d.3) Ocorrência de poeira em superfícies fixas próximas ao paciente, local de preparo de medicamentos, salas de procedimentos;

d.4) Quebra de técnica de limpeza;

d.5) Carro de limpeza incompleto;

d.6) Saídas de ar condicionado sujas e móveis sujos com poeira;

d.7) Não reabastecimento de descartáveis, uso incorreto dos sacos de lixo nos recipientes;

d.8) Lixeiras sujas e transbordando;

d.9) Piso molhado ou sujo, oferecendo risco de acidentes;

d.10) Não cumprimento do plano de atividades e do cronograma de limpeza sem motivo ou sem comunicação com o Gestor do Contrato;

d.11) Funcionário com uniforme e EPI incompleto não uso de EPC;

d.12) Execução de limpeza sem técnica adequada;

d.13) Materiais, produtos ou equipamentos incompletos ou em quantidade insuficiente;

d.14) Sanitários sujos e com odor inadequado.

PARÁGRAFO QUARTO – Os módulos e itens de avaliação são os seguintes:

MÓDULOS		ITENS AVALIADOS
A	EQUIPAMENTO, PRODUTO E TÉCNICA	A.1 Carro de limpeza
		A.2 Produtos de limpeza
		A.3 Técnicas de limpeza
B	QUALIDADE DOS PROFISSIONAIS	B.1 Uniformidade da equipe
		B.2 Apresentação – Uniformização



SENADO FEDERAL

		B.3 Equipamento de Proteção Individual
C	FREQUÊNCIA	C.1 Cumprimento do cronograma e das atividades
D	INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS	D.1 Avaliação direta nas áreas em 17 itens
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA		

PARÁGRAFO QUINTO – Os Critérios e pontuações para os itens avaliados são estabelecidos da seguinte forma:

Módulo A – equipamentos, produtos e técnica

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
A.1 CARRO DE LIMPEZA	O carro de limpeza está limpo, organizado, sem falta de itens padronizados e todos os componentes estão identificados	3
	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta de até 02 itens padronizados	2
	O carro de limpeza está limpo e organizado, com falta acima de 02 itens padronizados	1
	O carro de limpeza está desorganizado, sujo e itens faltando.	0
A.2 PRODUTOS DE LIMPEZA	Todos os produtos estão sendo utilizados segundo as determinações do SEENF e a especificação técnica do edital. Diluição correta, as soluções estão em recipientes adequados e identificados	3
	Os produtos e a diluição estão corretos, porém não segue a indicação de uso no local	2
	Os produtos estão corretos, mas a diluição é incorreta. Os produtos estão em recipientes inadequados	1
	Os produtos não são indicados para o uso no local A diluição é incorreta. Os produtos estão em recipientes inadequados e sem identificação	0
A.3 TÉCNICAS DE LIMPEZA	A técnica de limpeza está correta segundo as recomendações estabelecidas	3
	Os equipamentos e materiais estão corretos, mas há erro na ordem da realização da técnica	2
	A técnica está parcialmente correta, porém a solução dos baldes apresenta-se turva	1
	A técnica está incorreta e a solução está muito suja	0

Pontuação a ser obtida após a realização de cada avaliação, conforme tabela de critérios estabelecidos neste item: de 0 a 9.

Módulo B – qualidade dos profissionais.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
B.1 UNIFORMIDADE DA EQUIPE	Os serviços são executados por funcionários operacionais capacitados e em quantidades adequadas para a área. Mantém fixas as escalas dos funcionários	3



SENADO FEDERAL

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
	Os serviços são executados por funcionários operacionais capacitados e em quantidades adequadas para a área. Não mantém fixas as escalas dos funcionários	2
	Os serviços são executados por funcionários operacionais com capacitação precária e/ou em quantidades inadequadas para a área. Não mantém fixas as escalas dos funcionários.	1
	Os serviços são executados por funcionários operacionais com capacitação precária e/ou em quantidades inadequadas para a área. Ocorrem atrasos e/ou absenteísmo, prejudicando o fluxo e qualidade das atividades a serem desenvolvidas; Posturas inadequadas, desrespeitam as chefias e demais profissionais de saúde da área, são agressivos no relacionamento com os colegas.	0
B.2 APRESENTAÇÃO UNIFORMIZAÇÃO	Uniformizados completamente como no descritivo. Uniformes limpos, passados e íntegros e portando identificação funcional. Os cabelos estão presos e utilizam gorros	3
	Uniformes incompletos, passados e limpos, com identificação funcional	2
	Uniforme completos, rasgados, sujos, amarrotados. Utilização de adereços inadequados para a execução dos serviços	1
	Uniformes incompletos. Apresentam sujidades no uniforme	0
B.3 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	EPIs disponíveis para o uso e são adequados	3
	Disponibilidade parcial de EPIs. Falta um ou mais itens.	2
	EPIs utilizados incorretamente. Utilizam luvas cirúrgicas ao invés das de borrachas.	1
	Não utilizam EPIs nas situações em que são requeridos. Luvas para manipulação de materiais contaminados.	0

Pontuação a ser obtida após a realização de cada avaliação, conforme tabela de critérios estabelecidos neste item: de 0 a 9.

Módulo C – frequência.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
C1 CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA E DAS ATIVIDADES	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Apresenta cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	3
	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido com a rotina preconizada diária, semanal, mensal. Não apresenta o cronograma checado, e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	2
	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido parcialmente de acordo com o estabelecido pela área diária, semanal, mensal. O cronograma está checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está em desacordo com a programação.	1
	A frequência de limpeza terminal não tem ocorrido. O cronograma não está checado, e não apresenta o impresso de execução da limpeza terminal assinado pelo responsável da empresa e da área.	0



SENADO FEDERAL

Pontuação a ser obtida após a realização de cada avaliação, conforme tabela de critérios estabelecidos neste item: de 0 a 3.

Módulo D – inspeção dos serviços – avaliação das áreas.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
D.1 ACESSÓRIOS SANITÁRIOS (Espelhos, Toalheiro e Saboneteira)	Acessórios completos e isentos de sujidade	3
	Pequena quantidade de sujidade	2
	Presença de sujidade nos cantos dos acessórios. Falta de material (papel higiênico, toalha e sabonete líquido)	1
	Presença de sujidade em sua extensão e interior. Falta de material	0
D.2 APARELHOS TELEFÔNICOS	Aparelho limpo e sem gordura	3
	Aparelho com pouca sujidade no fone ou disco/teclas	2
	Presença de sujidade na fiação, teclas e disco	1
	Presença de sujidade manchas e pó em fiação e no aparelho	0
D.3 BEBEDOURO	Isento de sujidade. Bandeja de bebedouro limpa	3
	Presença de sujidade na parede (carcaça). Bandeja do bebedouro limpa	2
	Presença de manchas antigas de sujidade. Bandeja do bebedouro isenta de sujidade orgânica	1
	Presença de sujidade orgânica e lodo	0
D.4 BOX DE BANHO	Limpo e isento de manchas	3
	Presença de manchas (gordura do sabão e água) antigas incrustadas	2
	Presença de sujidade nos trilhos e sujidade nos ralos (cabelos, vassoura)	1
	Presença de lodo e sujidade orgânica	0
D.5 - EXTINTORES DE INCÊNDIO E QUADROS EM GERAL	Ausência de pó	3
	Presença de pouca quantidade de pó em sua superfície	2
	Presença de grande quantidade de pó na parte superior e lateral	1
	Presença de objetos de limpeza acondicionado inadequadamente e com sujidades	0
D.6 LAVATÓRIOS	Cubas sanitárias/ louças limpas e sem manchas de sujeira.	3
	Cubas sanitárias com manchas secas de água e ou sabonete sem sujidade	2
	Comando de registros e válvulas hidra com sujidade e pouco brilho. Isento de sujidade orgânica. Presença de cabelos. Presença de crostas na superfície do ralo da pia.	1
	Presença de sujidade orgânica e lodo. Crostas na borda interna superior do vaso e no ralo da pia.	0
D.7 MÓVEIS	Móveis limpos	3
	Móveis com pouca sujidade nos cantos de sua superfície	2
	Presença de sujidades nos cantos e pés	1
	Presença de pó e manchas em sua superfície	0
D.8	Parede isenta de sujidade	3



SENADO FEDERAL

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
PAREDE	Parede isenta de sujidade orgânica; presença de sujidade em pontos localizados; presença de resquícios de material ou produto de limpeza	2
	Parede isenta de sujidade orgânica; Presença de manchas de fita adesiva envelhecida, pó em sua extensão	1
	Parede apresentando manchas de secreção, restos de alimentos e respingos principalmente nas áreas mais baixas da parede	0
D.9 PERSIANAS	Persianas limpas	3
	Persianas com algumas manchas	2
	Persianas com sujidade em pontos isolados e pó	1
	Persianas com pó e sujas	0
D.10 PIAS – CUBAS	Pias isentas de sujidade	3
	Presença de manchas secas de água e produto de limpeza	2
	Presença de sujidade de sujidade (resto de água suja) Comando da torneira com sujidades	1
	Pias com presença de sujidades orgânica e lodo	0
D.11 PISO	Piso sem sujidades, com enceramento e com brilho	3
	Piso com sujidades nos cantos (pó) em pequena quantidade de material sólido recente	2
	Presença de sujidades sólidas em sua extensão (papel, ciscos); Piso com alguma sujidade orgânica	1
	Piso com sujidade orgânica (sangue, secreção restos de alimentos pó acumulado)	0
D.12 PORTA – BATENTES – MAÇANETAS	Portas e maçanetas limpas sem manchas	3
	Presença de sujidade removível na área próxima à maçaneta; Presença de pequena quantidade de sujidade (pó)	2
	Presença de sujidade removível: mão fita adesiva, pó, respingo; Presença de sujidade entre a porta e a parede	1
	Presença de sujidade orgânica e pó.	0
D.13 RECIPIENTE PARA RESÍDUOS (Lixeiras)	Cesto de lixo limpo, seco, sem resquícios de matéria orgânica. Embalagem na cor correta de acordo com o resíduo gerado na área. Sacos trocados com 2/3 da capacidade de acondicionamento	3
	Cesto de lixo limpo, seco, com alguns resquícios de matéria orgânica. Presença de saco de lixo cheio além do limite 2/3	2
	Cesto de lixo sujo no seu interior. Molhada na parte interna, com embalagem adequada, com os resíduos transbordando.	1
	Cesto de lixo sujo. Os resíduos transbordando, respingos de matéria orgânica, embalagem errada para o tipo de resíduo gerado. Não há troca dos sacos de lixo.	0
D.14 SAÍDAS DE AR CONDICIONADO - EXAUSTORES	Saídas de ar condicionado e/ou exaustores isentos de poeira ou outras sujidades	3
	Saídas de ar condicionado e/ou exaustores com presença de poeira em pontos localizados;	2
	Saídas de ar condicionado e/ou exaustores com presença de poeira, manchas e picomã na maioria dos itens vistoriados	1
	Todas as saídas de ar condicionado e/ou exaustores apresentam poeira, manchas, picomãs, sujidades	0



SENADO FEDERAL

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS		PONTOS
D.15 TAPETES	Tapete limpo	3
	Tapete limpo com algumas sujidades sólidas	2
	Tapete com sujidades nos cantos, adesivos (chicletes)	1
	Tapete apresentando sujidade sólida além de papéis e pó	0
D.16 TETO	Teto limpo, sem sujidades	3
	Teto limpo com sujidade em pontos isolados	2
	Teto com presença de sujidades nos cantos próximo à parede	1
	Teto com sujidades como picomã, matéria orgânica etc	0
D.17 VIDROS	Vidros limpos. O cronograma é cumprido	3
	Presença de discreta sujidade. O cronograma é cumprido parcialmente	2
	Vidro limpo com sujidades nos cantos. Pó em sua extensão. O cronograma de limpeza não está sendo cumprido de acordo com a frequência estabelecida	1
	Presença de sujidades sólidas e manchas de líquidos em sua extensão. A limpeza é deficiente. O cronograma não está sendo cumprido.	0

Média aritmética obtida após 08 (oito) inspeções dos serviços - avaliações das áreas (Módulo D).

a) Pontuação a ser obtida após a realização de cada avaliação, conforme tabela de critérios estabelecidos neste item: de 0 a 51.

b) Cálculo da média aritmética:

$$\frac{D1 + D2 + D3 + D4 + D5 + D6 + D7 + D8}{8} = D_M$$

Onde D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7 e D8 são as pontuações obtidas após a realização de cada avaliação e D_M, a média aritmética dessas avaliações.

c) A periodicidade de realização das avaliações será de duas avaliações semanais em dias e setores aleatórios ou onde houver maior incidência de reclamações pelos usuários dos serviços de saúde.

PARÁGRAFO SEXTO – Os resultados das avaliações da qualidade serão analisados da seguinte forma:

A cada total da pontuação por módulo (A, B C e D), aplica-se um peso percentual



SENADO FEDERAL

diferenciado, obtido mediante a divisão deste total pelo respectivo peso (%), compondo assim o resultado da avaliação de qualidade dos serviços de limpeza, conforme quadro abaixo:

TOTAL DE PONTOS DOS MÓDULOS	PESO (%) NA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA
A (9)	0,15	60
B (9)	0,15	60
C (3)	0,20	15
D (51)	0,50	102
RESULTADO DA AVALIAÇÃO =		237

Ao final de cada período mensal, será obtida a média aritmética dos resultados das 8 (oito) avaliações de qualidade dos serviços de limpeza.

O resultado de cada avaliação terá como teto máximo 237 pontos.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contingente de operacionais atuando no período será apurado, conforme descrito abaixo:

Será apurada mensalmente a média diária dos funcionários operacionais, atuando diretamente em cada Unidade, que deverá ser dividida pelo contingente estipulado no Anexo 04 (quantidade de funcionários) e multiplicado por 100, gerando assim valor numérico para efeitos de fatura.

O resultado da apuração do contingente terá como teto máximo 100 pontos.

PARÁGRAFO OITAVO – Para obtenção dos resultados dos valores para emissão das faturas mensais, deverá ser observado o seguinte:

Para obtenção do Valor Mensal da Fatura, os resultados das Avaliações de Qualidade e do Contingente de Operacionais serão divididos por 0,50 e posteriormente somados, conforme verificado abaixo:

ITEM	PONTUAÇÃO MÁXIMA	DIVISOR	RESULTADO FINAL
Resultado das Avaliações	237	0,5	474
Contingente de Operacionais	100	0,5	200
VALOR FINAL PARA FATURA =			674



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – Os intervalos de pontos para liberação da fatura deve se observar o seguinte:

LIBERAÇÃO DE 100 % DA FATURA	DE: 500 A 674 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 95 % DA FATURA	DE: 400 A 499 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 90 % DA FATURA	DE: 350 A 399 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 80 % DA FATURA	DE: 300 A 349 PONTOS
LIBERAÇÃO DE 75 % DA FATURA	ABAIXO DE: 299 PONTOS

PARÁGRAFO DÉCIMO – É resguardado ao Fornecedor, amplo direito de defesa quanto à avaliação da qualidade da prestação dos serviços, inclusive quanto a fatos de força maior.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Compete ao gestor analisar e manifestar-se quanto aos motivos alegados pelo Fornecedor que ensejaram a redução da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, de fls. _____, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor anual estimado para os **materiais de limpeza e higienização** é de R\$ _____ (_____), que será calculado a partir da demanda. O pagamento será efetuado de acordo com o efetivo consumo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, **observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, condicionados ao prévio atestamento dos serviços pelo gestor, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, mediante o recebimento da nota fiscal-fatura, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO QUARTO - A primeira nota fiscal-fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e as notas fiscais/fatura subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal-fatura, condicionados à apresentação de:

- I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante da nota-fiscal/fatura apresentada, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referente tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, conforme o caso, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- II - guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e das Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;
- IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;
- V - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;
- VI - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e
- VII – apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Eventual (is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados no Parágrafo Quinto ensejarão a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta dias), sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso X, “a” da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista no parágrafo sétimo da Cláusula Décima Segunda.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo quinto desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo quinto e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO / REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta para os itens constantes nos módulos 2 e 3 da planilha de formação de custos por categoria que não sejam estipulados pela CCT que regula a contratação; ou da data do orçamento a que a proposta se referir para os valores provenientes de CCT que regula a contratação, admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO QUINTO - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO SEXTO - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, devendo esse período ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO OITAVO – Quando da repactuação deste contrato, para os itens de custo provenientes da **Tabela 1 (Custos com Mão de Obra)** do Anexo 04 do edital, serão observados os parágrafos anteriores. Para os itens provenientes da **Tabela 2 (Custos com Material de Limpeza e Higienização)** do referido anexo será adotado o reajuste, podendo o preço ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

PARÁGRAFO NONO - O primeiro reajuste - no caso dos itens provenientes da Tabela 2 dos Anexos 04 e 10 e, conforme citado no parágrafo anterior - levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da via assinada do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Não se admitirá qualquer restrição ou condicionante à plena execução, pelo SENADO, da garantia ofertada em decorrência da execução do presente contrato, sobretudo se a garantia for apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal



SENADO FEDERAL

e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I - apresentar documentação falsa;
- II – fraudar na execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fazer declaração falsa;
- V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima primeira e da documentação prevista no Parágrafo Quinto, inciso II, da Cláusula Sétima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo terceiro, sem o início da prestação de serviços, será aplicada cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e



SENADO FEDERAL

	circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
4	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
5	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, por ocorrência.
6	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.

GRAU 2	
0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
7	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
8	Deixar de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
9	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
10	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.
11	Manter profissional não qualificado em serviço, por ocorrência.
GRAU 3	
0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
12	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
13	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por ocorrência.
14	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência.
15	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital, por ocorrência.

GRAU 4	
1,6% (um vírgula seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
16	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado e por dia.



SENADO FEDERAL

17	Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia.
18	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.

GRAU 5	
3,2% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.
20	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
21	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO OITAVO - A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

PARÁGRAFO NONO – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 5, em razão da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os percentuais previstos nos quadros do Parágrafo Sétimo desta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos Parágrafos Segundo e Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Terceira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

- I** – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;
- II** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- III** – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá, em até 30 dias contados da expiração do prazo do *caput*, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

ANEXO 07

(Processo nº 027.609/12-0)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos		_____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

ANEXO 08

(Processo nº 027.609/12-0)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____				
Data de abertura:				
Nome da empresa:				
CNPJ:				
Endereço:				
CEP:				
Telefone: (DDD)				
Fax: (DDD)				
e-mail:				
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)				
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)				
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)				
Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)				
Mão de Obra				
Item	Categoria	Total de Funcionários	Valor unitário Mensal (R\$)	Valor total Mensal(R\$)
Valor total anual				R\$
SINDICATO DA CATEGORIA:				
DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:				
Materiais de Limpeza e Higienização				
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor total Anual(R\$)	



SENADO FEDERAL

1			
...			
...			
Valor total anual			
Valor global anual (total anual de mão de obra + total anual de materiais de limpeza e higienização)			R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

ANEXO 09

(Processo nº 027.609/12-0)

MODELO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

Autorizo também o CONTRATANTE reter da fatura o valor da garantia contratual, na hipótese de não apresentação da garantia no prazo acordado.

EMPRESA:
CNPJ:
Representante
Cargo:



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

ANEXO 10

(Processo nº 027.609/12-0)

RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Produto	Quantidade Mensal	Quantidade anual	Apresentação
1	Água Sanitária 1%	42	504	Litros
2	Álcool 70%	20	240	Litros
3	Avental	15	180 (sob demanda)	Unidades
4	Botas de borracha branca	12	144 (sob demanda)	Unidades
5	Caixa Perfuro Cortante 3 Litros	15	60	Unidades
6	Capa de chuva	10	120 (sob demanda)	Unidades
7	Cera Incolor Antiderrapante	05	60	Litros
8	Cera Preta Antiderrapante	03	36	Litros
9	Cintos de segurança para uso em janelas	05	20 (sob demanda)	Unidades
10	Desinfetante para uso hospitalar ²	10	120	Litros
11	Detergente para uso hospitalar ³	30	360	Litros
12	Disco Limpador Verde 400 mm	05	60	Unidades
13	Disco Limpador Verde 510 mm	08	96	Unidades
14	Disco Removedor Preto 400 mm	05	60	Unidades
15	Disco Removedor Preto 510mm	08	96	Unidades
16	Escova de lavar roupa oval	1	12	Unidades
17	Esponja de Aço	70	840	Unidades
18	Esponja Dupla face	30	360	Unidades
19	Fitas zebradas	05	30 (sob demanda)	Rolos
20	Flanela Branca	18	216	Unidades
21	Gorro descartável	150	1.800	Unidades
22	Limpador Instantâneo	24	288	Litros
23	Luvas de borracha EPI Grande cor amarela	12	144	Pares
24	Luvas de borracha EPI Grande cor azul	12	144	Pares
25	Luvas de borracha EPI Grande cor branca	12	144	Pares
26	Luvas de borracha EPI Média cor amarela	12	144	Pares
27	Luvas de borracha EPI Média cor azul	12	144	Pares
28	Luvas de borracha EPI Média cor branca	25	300	Pares
29	Luvas de borracha EPI Pequena cor amarela	12	144	Pares
30	Luvas de borracha EPI Pequena cor azul	05	60	Pares

² Germicidas, desinfetantes e cloro orgânico (concentração de 3%)

³ detergentes de baixo nível (sanificantes) e detergentes.



SENADO FEDERAL

Item	Produto	Quantidade Mensal	Quantidade anual	Apresentação
31	Luvas de borracha EPI Pequena cor branca	05	60	Pares
32	Luvas grossas de borracha de cano longo	10	120	Pares
33	Máscara	150	1.800	Unidades
34	Óculos	12	80 (sob demanda)	Unidade
35	Odorizante de Ambientes	05	60	Frascos
36	Pano de Chão alvejado	30	360	Unidades
37	Papel Higiênico picotado branco ⁴	400	4.800	Unidades
38	Papel toalha três dobras branco ⁵	70	840	Fardos com 1.100 folhas
39	Pasta tipo Jóia 500g	8	96	Unidades
40	Rodo de madeira 60 cm	8	96	Unidades
41	Sabão barra	25	300	Unidades
42	Sabão de Côco em Barra	25	300	Unidades
43	Sabão em Pó	03	36	Quilogramas
44	Sabonete Refil 800 ml p/saboneteira ⁶	18	216	Unidades
45	Saco lixo 40 Litros- branco logotipo infectante	1.500	18.000	Unidades
46	Saco lixo branco logotipo infectante 100 Litros	250	3.000	Unidades
47	Sacos lixo 100 Litros preto	1.250	15.000	Unidades
48	Sacos lixo 100 Litros preto	1.500	18.000	Unidades
49	Vasoura Sanitária	05	60	Unidades

⁴ Papel higiênico de primeira linha, extrafino, folha dupla, neutro, macio, absorvente, resistente, grofado, branco, alta alvura, picotado, com 100% de fibras de celulose curta virgem, biodegradável, papel não reciclado, extrato de algodão, em rolos de 10 cm x 30m, alvura superior a 80% conforme ABNT NBR ISO 2470, pintas inferior a 20 mm²/m conforme NBR 8259:2002 e furo inferior a 10 mm²/m² conforme NBR 15134:2007.

⁵ Toalha de papel de primeira qualidade, padrão luxo, interfolhado, uma ou duas dobras, branca, com 100% de fibras celulósicas, macia, com alta absorção, papel não reciclado, medidas: 23 cm x 27 cm, admitindo-se medidas mínimas de 22 cm x 26 cm. Conforme a ABNT 15464-7: 2007.

⁶ Sabonete líquido para as mãos com alto poder espumante, forte grau de limpeza, estabilização espumante, pH balanceado para a finalidade, emoliência agradável a pele (emolientes), retenção da umidade na pele após seu uso, essência agradável e viscosidade. Composição mínima básica: tensoativos, etoxilados, biodegradáveis, emolientes, EDTA Na₂, ácido cítrico, base perolizante, água deionizada, fragrância de erva doce, conservante e corante. pH 100% mínimo de 5,5 – 7,0. Aparência perolada e perfumada. Densidade mínima de 1,010 – 1,025 g/cm³.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013

ANEXO 11

(Processo nº 027.609/12-0)

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO CONTÍNUO

Item	Equipamento	Quantidade
01	Aspirador de líquido	01
02	Aspirador de pó	01
03	Balde plástico para limpeza - 30 L	10
04	Botas de plástico, brancas	10
05	Carro funcional	03
06	Carro para transporte de resíduos	02
07	Cones	10
08	Conjunto MOP - Cabo e luva tipo cabeleira	03
09	Conjunto MOP - Cabo e luva tipo cabeleira plana função pó	03
10	Conjunto MOP - Cabo e luva tipo cabeleira plana função úmida	03
11	Enceradeira - 400 mm com suporte (baixo nível de ruído)	01
12	Enceradeira - 510 mm com suporte (baixo nível de ruído)	03
13	Escada metálica - 6 degraus	01
14	Escova de cerdas duras com cabo longo	05
15	Espátula metálica	05
16	Extensão - 40 m	01
17	Extensão - 60 m	01
18	Jateadora de alta pressão	01
19	Kit para limpeza de teto	02
20	Kit para limpeza de vidro (MOP)	02
21	Mangueira de nylon - 80 m	01
22	Máquina lavadora e extratora	01
23	Máquina para lavar carpete, à seco - tamanho pequeno	01
24	Máquinas lavadoras com injeção automática de solução	01
25	Placa de sinalização	05
26	Placas sinalizadoras	06
27	Porta papel-toalha	30
28	Rodo	15
29	Saboneteira	30
30	Tanquinho elétrico	01